

leitura é marcada pelos gêneros: homens e mulheres lêem diferentemente. Homens e mulheres, que vivem a educação de maneira diferente, lerão sobre a educação de mulheres de maneira diferente.

Uma das boas qualidades do livro é a busca de articulação entre a norma e a transgressão, entre o que, de fato, foi dominante e o que lutava para se impor ou se pôr. Isso aparece não apenas em relação ao papel desejado para as mulheres pela escola mas também em relação à própria sociedade e à escola. Guacira trata a educação da mulher, assim como trata a escola, como espaços ricos de contradições por onde vão se construindo pessoas e projetos.

Talvez por ser um trabalho pioneiro, faltam-lhe algumas referências e maneiras de tratar questões, como a questão disciplinar e as mediações na construção do gênero (categoria que, aliás, não é usada). Nada disso, entretanto, dificulta ou prejudica a leitura do livro. Talvez mais que outros que se tornam clássicos e são, assim como seus temas, intocáveis, um trabalho de história é historicamente situado. Todos nós que militamos nessa área há algum tempo sabemos da dificuldade que tem sido trabalhar teoricamente a história da educação. *Prendas e Anti-prendas, uma escola de mulheres*, sem dúvida, marca essa área de estudos, propõe e estimula novos trabalhos (em quantas cidades do Brasil existem Institutos de Educação que ainda não escreveram sua história?). Eu fui a Porto Alegre e ganhei o livro. Encomendem-no a seus livreiros — e insistam. Vale a pena.

Eliane Marta Teixeira Lopes

**REBELDIA E SUBMISSÃO:
estudos sobre condição feminina**

ALBERTINA O. COSTA E CRISTINA BRUSCHINI (orgs.)
São Paulo, FCC/Vértice — Ed. Rev. dos Tribunais, 1989

A exemplo do que ocorreu no resto do mundo, a reemergência de um movimento feminista militante no Brasil criou as condições para o desenvolvimento dos estudos sobre mulher na área das ciências humanas nos últimos dez anos. Porém, ao contrário de outros países, eles só conse-

guiram alcançar entre nós uma institucionalização precária nas várias instâncias acadêmicas, pois cursos interdisciplinares permanentes ou sua inserção nos currículos, abrindo caminho para um conhecimento menos parcializado da realidade, ainda estão por conquistar.

Nesse contexto, instituições de pesquisa independentes e núcleos disseminados em várias áreas universitárias têm cumprido a função de catalisadores de fundamental importância para o surgimento e a continuidade das pesquisas sobre a condição feminina em nosso país. A Fundação Carlos Chagas foi, indubitavelmente, pioneira nesse terreno, com a instituição a partir de 1978 de seus Concursos de Dotações para a Pesquisa sobre a Mulher Brasileira (com o apoio da Fundação Ford), cujos resultados vêm sendo divulgados desde 1980, quando saiu a primeira coletânea de estudos (*Vivência*, em co-edição com a Brasiliense), até o recém-publicado *RebelDIA e Submissão*. Para quem seguiu essa trajetória e participou ao mesmo tempo dos movimentos militantes, é difícil escapar à tentação de procurar um paralelo entre estes e as pesquisas. Em linhas gerais, pode-se dizer que estas têm caminhado da generalidade para a particularidade, quase acompanhando o refluxo dos movimentos, de uma atuação pública mais intensa para uma ação mais molecular. Assim, enquanto os primeiros estudos podiam ser agrupados em torno de alguns eixos temáticos, como o trabalho ou a sexualidade, os últimos caracterizam-se pela extrema variedade, descrevendo pequenos segmentos da realidade do presente e do passado, num enfoque quase etnográfico. Não se sabe se isso se deve a uma certa orfandade teórica (que, aliás, vem atingindo as ciências humanas como um todo), pouco propícia a sínteses e generalizações, ou a uma intenção de mostrar as complexidades de um quadro cujos contornos já foram delineados.

Os 11 estudos reunidos em *RebelDIA e Submissão*, selecionados entre 24 pesquisas aprovadas, estão sob o signo da diversidade, incluindo aspectos tão diferentes quanto concubinato em tempos coloniais, creches, violência, empregadas domésticas, trabalho no comércio ou participação em sindicatos rurais. Desses, cinco se voltam para o passado (do século XVII à década de 50) e seis focalizam o presente.

Em alguns estudos de caráter histórico, como "A imagem da concubina no Brasil colonial" (Maria Beatriz Nizza da Silva) e "Dote e casamento" (Margareth de Almeida

Gonçalves), não surge um nexo explícito entre o fenômeno particular abordado (concubinato, orfanatos femininos) e os demais aspectos da condição específica da mulher em cada época, nem se buscou a comparação com a época atual, o que os tornaria mais abrangentes. No entanto, tendo em vista as imensas dificuldades das investigações documentais no Brasil, essas pesquisas parciais se justificam na medida em que contribuem para o levantamento de informações e dados sólidos para sínteses futuras.

Os demais estudos históricos também tratam indiretamente das relações familiares. "O Bello Sexo" (Maria Fernanda Baptista Bicalho), através da análise da imprensa feminina de fins do século passado e começo deste, mostra como elas serviram de veículo para as reivindicações das mulheres da época por melhor educação e direitos políticos, mas, ao mesmo tempo, como elas foram limitadas pelo conflito entre as propostas de igualdade inspiradas no individualismo moderno e um ideal de femininidade circunscrito ao ambiente doméstico. "Histórias que as histórias de amor contam" (Adriana Garcia Piscitelli) analisa as rupturas provocadas na estrutura das famílias pelo amor romântico assumido prioritariamente pela mulher; mas aponta como essa ruptura é sanada por mecanismos institucionalizados de reabsorção dos casais "rebelde", que permitem a continuidade renovada da mesma família.

Em outros estudos, as conclusões são mais amplias, mas o que não fica muito claro é o elo de ligação entre elas e a pesquisa que as motivou. É o caso, por exemplo, do artigo sobre violência ("Estigma do feminino, estigma das mulheres", de Lúcia Afonso e Karin von Smigay), que acertadamente estende o conceito, nele incluindo a violência simbólica e aquela derivada da própria institucionalização rígida do papel feminino (e masculino). Porém, se as conclusões são corretas, parece que já existe sobre elas um certo consenso (fruto da intensa discussão do problema nos últimos anos), que tornaria quase supérflua uma pesquisa prévia para confirmá-las.

Outras pesquisas destacam-se mais pela originalidade do tema escolhido. É o que ocorre com "Abelhinhas numa diligente colméia" (Alice Inês de Oliveira e Silva), em que são focalizadas as atividades de um clube criado por iniciativa do suplemento feminino de um jornal de grande circulação, que privilegiava as chamadas prendas domésticas e o artesanato caseiro. A autora foi além de um levantamento

factual ou descritivo, buscando uma análise dos aspectos simbólicos constitutivos de um universo feminino fechado sobre si mesmo, no qual as "prendas" tornam-se um fator de autovalorização, ao tornar visível a invisibilidade do trabalho doméstico.

Mas é a originalidade do enfoque (e não do tema), junto com um adequado encadeamento da particularidade da situação estudada com o mais geral, que caracterizam dois dos estudos mais interessantes. Em "Creche: reflexões sobre uma trajetória" (Lenira Haddad), o papel da creche é analisado tanto no contexto histórico como ideológico, mostrando como ela é vista muito mais como um substituto precário da família (ou melhor, da mãe) do que um âmbito específico e apropriado para a socialização menos estreita das crianças. O familismo (oriundo da idealização da família nuclear) reforça o aspecto meramente assistencial e freia possíveis inovações. Na mesma linha, "Relações entre empregadas e patroas" (Sandra Maria da Mata Azeredo), ao enquadrar a prestação de serviços domésticos de uma mulher para outra (atividade que, em nosso país, absorve ainda parcela considerável de força de trabalho feminina), parte dessa relação intersubjetiva para análises mais amplas sobre as conexões entre as variáveis de gênero, de classe e de raça num país multirracial de tradição escravocrata. O conflito, mesmo quando camuflado sob uma aparente integração, subsiste latente ou declarado. As formas integrativas são pessoais, mas o conflito é de natureza estrutural, na medida em que as mulheres cumprem um papel diferente e hierarquizado, mas dentro de uma mesma estrutura patriarcal. Nesta, como o serviço doméstico é sempre atribuição da mulher, a empregada serve menos à patroa do que a substitui no atendimento à família.

Contribuindo para a diversidade, três outros estudos apresentam caráter regional. "A mulher comerciária" (Maria Celeste Miranda Medeiros), sobre as empregadas no comércio da cidade de Belém, abre um pouco o leque das pesquisas anteriores sobre o trabalho feminino, que privilegiaram operárias, camponesas e profissionais do setor público. A realidade que ela desvela não difere muito do panorama geral: baixos salários, rotina exaustiva, posições subalternas e poucas possibilidades de promoção ou acesso a cargos de direção, independentemente da escolaridade. Como o setor terciário emprega grande contingente feminino, novos estudos sobre mulheres nessa área, em cidades maiores, poderiam indicar até que ponto a escassa mobilidade vertical assinalada deve-se a fatores locais.

"Silenciosas e combativas" (Paola Cappelin Giuliani) analisa a presença de mulheres na direção de sindicatos rurais no Nordeste (Pernambuco e Paraíba, sobretudo). Elas ocupam em geral cargos intermediários (secretária, tesoureira) com funções administrativas ou de caráter assistencial (uma extensão de seu papel na família). É a partir desses patamares que adquirem prestígio ou liderança para alcançar os cargos mais altos (presidente ou vice), mas também podem chegar lá através de ligações familiares ou da atuação em outras instituições (geralmente ligadas à Igreja). Embora todas se preocupem com os direitos dos associados, são poucas as que assumem posturas reivindicativas que extrapolam o papel assistencial ou de prestação de serviço à comunidade. Outros estudos sobre a participação em sindicatos urbanos poderiam fornecer dados para uma análise comparativa. O terceiro estudo regional é sobre as comunidades Terena no Mato Grosso do Sul e as mudanças do papel feminino numa situação de intenso contato entre essa cultura indígena e a nossa. Entre esses índios originários do Chaco, as mulheres detinham uma posição igualitária perante os homens, em virtude de sua significativa contribuição econômica para a tribo através do artesanato. Essa posição não parece ter decaído sensivelmente, pois, apesar do remanejamento das funções de cada sexo diante de novas condições de sobrevivência, a participação das mulheres não diminuiu.

Nesse quadro tão diversificado, algumas ausências podem ser assinaladas: não há qualquer estudo sobre a mulher como produtora de bens culturais ou espirituais (na arte, na ciência e na religião), sobre sua participação na política ou nos movimentos feministas mais recentes. E há também uma quase-ausência: com exceção de um estudo (que será publicado no próximo número destes Cadernos, "O homem na matrifocalidade", de Russell Parry Scott), todos os outros são de autoria de mulheres. A participação masculina nos quatro concursos realizados desde 1978 nunca ultrapassou os 14%. Assim, parece que se justifica o temor de algumas pesquisadoras, pois os estudos sobre mulher, que deveriam fertilizar o conjunto das ciências sociais, aqui correm o risco de se transformarem num novo gueto feminino. Apesar disso, sua contribuição para a mudança, quer através do fornecimento de dados mais acurados sobre a situação presente e passada, quer através da legitimação das reivindicações, não pode ser subestimada.

Maria Carneiro da Cunha

FAMÍLIA: REPRESENTAÇÃO E COTIDIANO; reflexão sobre um trabalho de campo

LUCILA R. BRIOSCHI e MARIA HELENA B. TRIGO
São Paulo, CERU — Centro de Estudos Rurais e Urbanos/USP, 1989 (Textos — nova série, 1)

É sempre gratificante constatar como, a partir de encontros informais entre estudiosos de diferentes disciplinas interessados em um tema comum, podem surgir boas idéias. O livro de Brioschi e Trigo é um claro exemplo de que o amadurecimento do trabalho intelectual passa tanto pela consistência do pensamento teórico e constante reflexão metodológica quanto pela profícua troca de idéias e de experiência que, felizmente, constitui a marca de alguns momentos da vida acadêmica. Esse parece ter sido o caso dos seminários mensais do GT *Família e Sociedade*, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no período 1983/85. As próprias autoras revelam, logo no início do livro, que sua preocupação com o conhecimento substantivo da noção de família adveio não só de seus respectivos trabalhos anteriores, mas, principalmente, das discussões travadas durante esses seminários, quando o confronto entre antropólogos, demógrafos, sociólogos, historiadores propiciou uma ampla discussão conceitual e evidenciou o quanto este campo de estudos mobiliza conteúdos emocionais e coloca a subjetividade do pesquisador em evidência.

Voltadas especificamente para a relação mulher e família e descartando versões ideologizadas da literatura sobre esse tema, que ora assumem, como pressuposto indiscutível, a submissão da mulher ao mundo familiar, ora encaram a família como "empecilho ao pleno desenvolvimento das potencialidades femininas e à conquista da sua cidadania", dedicam-se a apreender as maneiras como as pessoas percebem, contam e vivem suas experiências familiares.

Procurando fundir essas preocupações com outras de cunho metodológico, voltadas para o uso de métodos e técnicas qualitativas para o estudo do social, as autoras analisam as representações sobre família elaboradas por quatro grupos de mulheres de duas classes sociais e de duas gerações distintas. São mães e filhas, em famílias de trabalhadores e de empresários que, através da metodologia do discurso livre sobre um aspecto selecionado de suas